

Informe Especial

Riocard:

Transparência e eficiência que o cidadão fluminense conhece e aprova



A Riocard Mais, com mais de duas décadas de experiência e inovação em bilhetagem eletrônica no Rio de Janeiro, reafirma seu compromisso inabalável com a transparência, a eficiência e, acima de tudo, com o cidadão fluminense. Em maio de 2022, para possibilitar a implementação de subsídios aos passageiros do sistema de ônibus municipal, a Riocard tomou a decisão empresarial de se retirar da operação no Município do Rio, optando por não participar da licitação.

Desde então, temos acompanhado os desafios na implementação do sistema Jaé, que infelizmente tem gerado impactos significativos para a população e prejudicado o dia a dia de quem contava com um sistema integrado de bilhetagem. O modelo anterior atendia a todos os modais – trens, metrô, barcas, VLT, vans, “cabritinhos” e ônibus intermunicipais e municipais –, viabilizando políticas públicas federais, estaduais e municipais.

A implementação do Jaé

A transição para o Jaé tem sido marcada por uma série de pontos que merecem atenção:

- A escolha, via licitação, de uma empresa sem a qualificação e experiência necessárias para um projeto de tamanha complexidade;

- A falta de condições financeiras da contratada;

- A ausência de acompanhamento técnico eficaz e preventivo, que poderia ter identificado e mitigado os principais erros na implementação;

- A tolerância dos gestores públicos com o desempenho insatisfatório do Jaé, com sucessivos descumprimentos de prazos, não aplicação de multas e penalidades previstas em contrato, aceitação de etapas incompletas e a não exigência do cumprimento da obrigação de seguro-garantia.

A credibilidade da Riocard: mais de duas décadas ao lado do cidadão

A Riocard assimilou a mudança, e enten-

de que a implementação de um modelo de subsídio tarifário era uma necessidade social inadiável. No entanto, é notório que o cidadão, habituado à eficiência e previsibilidade da Riocard, ainda enfrenta muitas dificuldades com a nova operação.

A Riocard sempre atuou com eficiência comprovada, viabilizando importantes políticas públicas de benefícios tarifários e oferecendo aos sistemas de transporte uma solução integrada, economicamente vantajosa e tecnologicamente madura.

Desde maio de 2022, no âmbito do acordo judicial para a implementação do subsídio, a Riocard tem disponibilizado à Prefeitura do Rio todas as informações exigidas para o planejamento de transpor-

te, com transparência e colaboração permanente. Como sempre fez.

É fundamental destacar que a Riocard apresenta total capacidade de operar sob o mesmo modelo proposto pela Prefeitura, submetendo-se à mesma auditoria da nova contratada — mas com custos significativamente menores e menos transtornos.

O governo municipal, ao invés de desqualificar a atuação da Riocard para esconder falhas históricas e atuais, deveria valorizar uma empresa sediada e gerida no Rio — e não em São Paulo — que emprega mais de 600 colaboradores e é reconhecida nacional e internacionalmente pela eficiência e inovação, com dezenas de prêmios conquistados.

A população sabe que a Riocard representa um ativo valioso. Sua experiência pode ser um diferencial crucial para a cidade do Rio, e todo esse processo reforça essa percepção. A empresa reafirma que mobilidade de qualidade é um direito do cidadão e um pilar essencial para o desenvolvimento social.

A Riocard segue à disposição para colaborar na construção de um sistema de pagamento de transportes cada vez mais inclusivo, eficiente e transparente.

Atendimento pelo SUS abaterá dívidas tributárias com o governo

Por Isabel Dourado

Hospitais privados e entidades filantrópicas poderão oferecer atendimento especializado a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), e em troca, abater parte das dívidas tributárias com o governo federal. O objetivo da medida é ampliar a assistência à população e reduzir filas de espera para consultas, exames e cirurgias. A previsão é que os primeiros atendimentos dessa nova modalidade comecem em agosto deste ano. O anúncio foi feito nesta terça-feira (24), em Brasília, pelos ministros da Saúde, Alexandre Padilha, e da Fazenda, Fernando Haddad. A medida é viabilizada por uma portaria conjunta dos dois ministérios que será publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Para as instituições que não possuem débitos com o governo, será possível receber em crédito tributário que poderá ser usado para reduzir o valor de débitos que estão para vencer. Entretanto, esse benefício será limitado a R\$ 750 milhões anuais. A medida do governo federal de permitir que dívidas sejam compensadas por meio da prestação de serviços ao SUS faz parte do programa “Agora tem Especialistas”, lançado pelo governo federal em maio.

Segundo o Ministério da Saúde, o mecanismo de abatimento de dívidas começará a valer a partir de 2026, com um teto de R\$ 2 bilhões por ano, valor que também inclui



Anúncio foi feito pelos ministros da Saúde, Alexandre Padilha; e da Fazenda, Fernando Haddad, em Brasília

o uso dos créditos tributários. As empresas interessadas poderão registrar os valores a serem compensados em 2025, para que sejam utilizados a partir do ano seguinte. A pasta anunciou que as áreas prioritárias são: oncologia, ginecologia, cardiologia, ortopedia, oftalmologia e otorrinolaringologista, abrangendo mais de 1.300 tipos de cirurgias.

Filas

Padilha afirmou que a medida anunciada é um mecanismo importante para re-

duzir as filas do SUS e aproveitar ao máximo a parceria com o setor privado e filantrópico.

“Quando pensamos nesse mecanismo, cuja portaria está sendo assinada hoje, muita gente lembra do Prouni (Programa Universidade para Todos) pelo seu mecanismo de aproveitar a estrutura da rede privada. Dívidas que não são pagas e que a União não consegue recuperar e nesse caso transformar em consultas, exames, cirurgias, cuidado à saúde da nossa população. O dia de hoje é um passo

importante daquilo que nós falamos na característica do ‘Agora tem Especialistas’, que é, talvez, fazer a maior mobilização da estrutura pública e privada para enfrentar um problema da saúde: o tempo de espera pelo atendimento especializado”.

O ministro destacou ainda que a pandemia de covid-19 gerou represamento de atendimentos e cirurgias, e desorganização da Rede de Atenção Primária à Saúde. “A pandemia da Covid-19 desorganizou toda a rede de atenção à saúde. Além disso,

houve um represamento de cirurgias, exames e consultas especializadas, tudo isso deixou feridas e nós estamos tentando cicatrizar até hoje. Todo esforço foi feito nos dois primeiros anos do governo do presidente Lula, em parceria com estados e municípios.”

Concessão de crédito

O ministério esclarece que, para garantir o acesso aos créditos financeiros, os hospitais privados e filantrópicos deverão procurar o Ministério da Fazenda, para

negociar as dívidas tributárias. As instituições deverão enviar o pedido de adesão ao Ministério da Saúde, que avaliará se os serviços oferecidos atendem às demandas locais e regionais do SUS.

Os hospitais privados e filantrópicos que aderirem ao programa deverão começar o atendimento na rede pública em agosto de 2025. Entretanto, os créditos financeiros gerados poderão ser utilizados para abater dívidas tributárias vencidas ou decorrentes de transação tributária a partir de 1 de janeiro de 2026. Um dos requisitos para participar é a comprovação, por parte dos hospitais, da capacidade técnica e operacional para a prestação dos serviços. Entre os benefícios da adesão estão um período de seis meses sem incidência de juros e multas, além de uma redução de 70% nos juros e multas sobre o valor da dívida.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, classificou o projeto como engenhoso e afirmou que é uma forma de oferecer condições para que pessoas que usam o SUS tenham o atendimento priorizado. “Tenho certeza que quando for aberto o edital para a manifestação das entidades, haverá grande interesse, e nós estaremos acompanhando a evolução disso. Quando se lança um programa dessa natureza na área de segurança, às vezes é necessário calibrar alguns pontos. A Fazenda estará à disposição da Saúde para colaborar na busca do fortalecimento desse programa, garantindo que ele cumpra seus objetivos.”

Antônio Cruz/Agência Brasil